

ATA DE REUNIÃO
Núcleo de Pesquisa Patrimonial

Data: 05/04/2024

Local: Sala de Reuniões da SEGGE e Google Meet (meet.google.com/zuo-dkuw-mds)

Presenças: Desembargador Janney Camargo Bina, Coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial;

Juíza Adriana Seelig Gonçalves, Juíza Auxiliar do JAE

Camila Tesser Wilhems, Juíza do Trabalho

Cintia Endler Bitencourt, Juíza do Trabalho

Clocemar Lemes Silva, Juiz do Trabalho

Lenara Aita Bozzetto, Juíza do Trabalho

Marilene Sobrosa Friedl, Juíza do Trabalho

Oswaldo Antonio da Silva Stocher, Juiz do Trabalho

Erion Prando da Silva, Chefe da Divisão de Pesquisa Patrimonial

Elton Luiz Decker, Chefe Substituto da Divisão de Pesquisa Patrimonial

Ausências Justificadas:

Bruno Feijó Siegmann, Juiz do Trabalho

Maristela Bertei Zanetti, Juíza do Trabalho

Déborah Madruga Costa Lunardi, Juíza do Trabalho

Paulo Roberto Dornelles Junior, Juiz do Trabalho

Eduardo Camargo, Juiz do Trabalho

Cacilda Ribeiro Isaacsson, Juíza do Trabalho

Horário: 10h - 12h00min

Pauta: Reunião inaugural do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, apresentação da Divisão de Pesquisa Patrimonial

Material enviado aos participantes:

Temas:

No início do trabalho, o Desembargador Janney Camargo Bina, Coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, explicou aos presentes a sistemática de funcionamento do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.

Entre as sugestões por ele trazidas no início dos trabalhos, estava o de alteração dos horários das próximas reuniões para as 14 horas, proposta que foi acolhida pelos presentes.

A seguir, o servidor Erion Prando da Silva, Chefe da Divisão de Pesquisa Patrimonial, iniciou explanação sobre o funcionamento atual da Divisão de Pesquisa Patrimonial baseando-se no texto “Relatório de atividades” que, a partir da presente reunião, o acesso será disponibilizado a todos os integrantes em pasta própria no Google Drive do Núcleo de Pesquisa Patrimonial. Iniciou relatando o histórico do setor, com seus nomes e nomenclaturas anteriores. Pontuou sua centralidade na investigação de grandes devedores. Fez apresentação da equipe de trabalho da Divisão de Pesquisa Patrimonial e suas atribuições. Falou do Grupo de Estudos de Pesquisa Patrimonial.

O Desembargador Janney Camargo Bina frisou a importância de difundir como acessar ao JAE, seja por email, telefone, chat e pelos portais institucionais.

A reunião enfrentou problemas técnicos de conexão na rede internet, o que dificultou a continuidade da explanação mais aprofundada do texto.

A Juíza Adriana Seelig Gonçalves, Juíza Auxiliar do JAE, pontuou ser necessário diferenciar quais as atribuições do Juízo Auxiliar de Execução e os objetivos do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, cuja atribuição, segundo seu entendimento, é o de fixar diretrizes para a Pesquisa Patrimonial no âmbito do TRT4.

O servidor Erion Prando da Silva demonstrou os links existentes no portal Vox para acessar à divisão de Pesquisa Patrimonial, tanto para solicitação de orientações e apoio quanto para encaminhar pedido de Pesquisa Automatizada (PEPE).

A Juíza do Trabalho Camila Tesser Wilhems indagou sobre a existência de cursos sobre Pesquisa Patrimonial, informando a Juíza Adriana Seelig Gonçalves que realiza apresentação do trabalho realizado pela DPP e as ferramentas utilizadas em um curso, mas com tempo delimitado. Informou, juntamente com Erion Prando da Silva, que há um curso mais aprofundado sobre as diversas ferramentas de pesquisa patrimonial, realizado de forma virtual, mas que sua realização demanda disponibilidade de tempo e dedicação.

Deliberação:

Foi deliberado pelos presentes alterar o horário das reuniões do NPP para as 14 horas.

Também foi acolhida a sugestão de buscar a comunicação social para difundir os links e formas de acesso aos conhecimentos da Divisão de Pesquisa Patrimonial, especialmente sobre o acesso das todas as unidades judiciárias da capital e interior do RS aos serviços oferecidos.

Considerando que se tem conhecimento de grandes litigantes de ações trabalhistas, foi acolhida proposta de solicitar o monitoramento ativo das empresas e pessoas físicas com potencial de se

tornarem grandes devedores, com vista celeridade na identificação de patrimônio, evitando assim a evasão de recursos e blindagem patrimonial.

Com base na necessidade de maior conhecimento e familiaridade com as ferramentas de pesquisa disponíveis, foi encaminhado pelo Núcleo de Pesquisa Patrimonial que fosse gerenciado junto à Escola Judicial a reedição do curso de Pesquisa Patrimonial.

Também foi feita proposta de se fazer um webinar sobre pesquisa patrimonial visando difundir, de modo sucinto, técnicas de pesquisa, convênios, rotinas e outras informações que promovam maior efetividade na execução trabalhista.

Por fim, foi deliberado o contato da coordenação do NPP com a Corregedoria Regional, a propósito de aspectos relacionados às atas de correições no JAE, quanto aos dados sigilosos da DPP.

Encerramento:

A reunião foi encerrada às 10h52min.

Ata redigida por Elton Luiz Decker, Chefe Substituto da Divisão de Pesquisa Patrimonial, e encaminhada eletronicamente para validação pelos presentes.